

**Fornecer informações para tornar usuários mais conscientes é uma das conclusões do 3º Fórum de Saúde Suplementar, promovido pela FenaSaúde**

A elaboração de uma agenda positiva com sugestões para a Saúde Suplementar e os consumidores em 2018. Essa foi a conclusão do 3º Fórum da Saúde Suplementar, promovido pela FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar), em outubro, na cidade de São Paulo. Entre os destaques dos painéis estiveram temas como fraudes com Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME); orientações à sociedade para denunciar fraudes, abusos e desperdícios; e modelo de remuneração aos profissionais.

Evento realizado em São Paulo discutiu assuntos como as fraudes das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)

O evento, que contou com especialistas do segmento da Saúde, do Brasil e do exterior, resultou em uma vasta troca de experiências. Durante o encontro foram apresentadas iniciativas que podem contribuir para um novo modelo de remuneração dos prestadores de serviços médico-hospitalares, maior controle de fraudes com a criminalização dos envolvidos e transparência de dados.

Um dos passos fundamentais para melhorar o sistema e o acesso à Saúde nas unidades brasileiras, para Solange Beatriz Palheiro Mendes, presidente da FenaSaúde, é incrementar a divulgação de informações com o objetivo de conscientizar os consumidores. Ela destaca que um cliente bem informado, que conhece seus direitos e deveres em relação aos planos de saúde, passa a ter maior responsabilidade com a sua saúde e tem consciência dos custos desse cuidado.

- A comunicação é o principal agente indutor de desenvolvimento e transformação. Com uma informação direta, clara e objetiva podemos reduzir o número de reclamações, diminuir a judicialização, melhorar o relacionamento com o consumidor e ampliar o número de beneficiários. O consumidor poderá reconhecer e denunciar fraudes, evitar o desperdício e ajudar na sustentabilidade da Saúde Suplementar. Durante o 3º Fórum, por exemplo, lançamos o [\*\*“Guia de boas práticas para evitar desperdícios em Saúde”\*\*](#). A Federação também promove ações de comunicação, como a plataforma ‘Plano de Saúde – O que saber’, no seu hotsite e na sua página no Facebook, assim como publicações aos beneficiários, como “Guia do Consumidor”, “Guia da Gestante” e “Guia de Reajuste dos Planos de Saúde”. Também apoiamos as iniciativas das seguradoras e operadoras que investem em diversas ações.

Solange Beatriz: "Um cliente bem informado passa a ter maior responsabilidade com a sua saúde"

Um caminho para solucionar o problema das fraudes na saúde suplementar envolve trabalho de cooperação entre entidades, segundo Irlau Machado Filho, presidente do Grupo NotreDame Intermédica:

- Entendemos que cabe à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), por exemplo, propor regras visando eliminar os conflitos gerados quando da adoção de processos antifraude versus multas e NIPs (Notificação de Investigação Preliminar). O quanto antes, se deve também formalizar e oficializar, com regras de conduta e penalização, o desrespeito às recomendações. Importante também que se estabeleçam processos comuns, como a homologação de novas empresas, com certificação de ‘Empresa Compliance’ para fornecimento de OPME.

**CPI da Máfia das Órteses e Próteses**

Relator da CPI da Máfia das Órteses e Próteses, o deputado federal André Fufuca (PP) aplaudiu o evento:

- A fraude, em qualquer setor, é prejudicial. Mas a fraude na Saúde é especialmente cruel, pois torna os tratamentos mais caros para os doentes que realmente necessitam. Além de tudo, os casos de fraude em um setor específico, como o que desmascaramos na CPI das Órteses e Próteses, oneram o sistema inteiro e prejudicam todos os usuários.

Para a médica Thais Jorge de Oliveira e Silva, diretora de Serviços ao Segurado e Gestão Médica da Bradesco Saúde e da Mediservice, o modelo atual deve ser rediscutido:

- A pergunta que precisa ser respondida é: diante do cenário de incentivos financeiros, como assegurar o melhor para o paciente? Precisamos avançar em transparência de informações sobre qualificação, protocolos, medicina baseada em evidências, avaliação de prestadores.

### **Honorários médicos**

Entre os assuntos relevantes do fórum estava também os honorários médicos, abandonando o fee for service (taxa de serviço). Para Karla Coelho, diretora de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, as discussões no fórum foram ao encontro de algumas das principais preocupações e iniciativas da Agência.

- A mudança no modelo de pagamento de prestadores também é uma urgência. A implementação de alternativas ao fee for service faz parte de um processo de mudança cultural sobre como fazer saúde no país e da mudança de um paradigma de perde-perde para um paradigma em que todos os envolvidos estão comprometidos com um resultado de qualidade e eficiente.

Leandro Fonseca, diretor-presidente substituto e diretor de Normas e Habilitação de Operadoras da ANS, ressalta que é o modelo de remuneração tem de ser revisto.

- O debate sobre como tornar sustentável a trajetória de custos dos serviços de saúde não deve estar restrito à ANS. É necessário engajamento de lideranças setoriais, governo central, parlamento e sociedade. O pagamento deve estar atrelado à qualidade do atendimento prestado e não mais à quantidade procedimentos realizados. Outra solução a ser debatida é a criação de um mecanismo de capitalização atrelado à lógica mutualista atual. A experiência norte-americana tem como alternativa as health saving accounts (contas poupança para a saúde). É uma possibilidade para financiar a saúde quando as pessoas se aposentam – explica.

Ana Carolina Pinto Caram Guimaraes, diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, destaca que os planos de saúde fazem um papel auxiliar ao Estado, proporcionando aos cidadãos e consumidores a possibilidade de acesso à saúde privada, de forma a dividir entre os seus usuários o ônus econômico. No entanto, como destaca, mesmo fazendo esse papel subsidiário, não se retira do Estado a obrigatoriedade em tutelar esse direito à saúde do cidadão brasileiro:

- A construção de diálogo entre os envolvidos para que haja um aprimoramento de todo o setor envolvido é importante e saudável.

**Fonte:** [CNSeg](#), em 08.11.2017.